

Introdução à dromocracia cibercultural: contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada¹

RESUMO

Articulando dois importantes conceitos para a revitalização da teoria social e, em particular, da teoria da comunicação, o autor realiza uma reflexão sociodromológica sobre a história ocidental e a civilização mediática avançada em que a categoria da *dromocracia* nomeia o *regime invisível* da velocidade tecnológica como *epicentro descentrado* de estruturação da vida humana; e a da *cibercultura*, a configuração social-histórica contemporânea da técnica sofisticada, disposta em rede imaterial planetária.

ABSTRACT

Bringing together two concepts that are important for the revitalization of social theory and, particularly, of the theory of communication, the author undertakes a socio-dromological reflection on the history of the West and of advanced mediatic civilization. In this reflection, the category of *dromocracy* designates the *invisible regime* of technological speed as the *decentered epicenter* of the structuring of human life, while *cyberculture* designates the contemporary socio-historical configuration of sophisticated technology, set out in an immaterial planetary web.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Dromocracia (*dromocracy*)
- Cibercultura (*cyberculture*)
- Violência da técnica (*violence of technique*)

Eugênio Trivinho

PUC/SP

*Não duvidemos, ao longo do tempo,
somente os vetores mudam.*
VIRILIO (1996, p. 30)

1 Velocidade e história: sociodromologia fenomenológica do processo civilizatório

O conceito de dromocracia teve, no âmbito das ciências humanas e sociais, a sua gestação e fundação crítica na obra de Paul Virilio. Em *Velocidade e política*, Virilio (1977) lança, senão as bases, ao menos as sinalizações teóricas fundamentais para a compreensão da história e dos processos políticos e sociais pelo prisma do vetor dromológico.² *Dromos*, prefixo grego que significa rapidez, vincula-se, obviamente – a partir da dimensão temporal da existência –, ao território geográfico (na qualidade de coordenada espacial), portanto à *urbis*. Mantém, não obstante – algo menos notado –, umbilicais ligações com interesses de logística, estratégia e tática, numa palavra, com o campo bélico. Fundamentalmente, velocidade e guerra – Virilio mostra no conjunto de sua obra – são faces conexas do mesmo processo. Importa, nesse aspecto, em estrita simultaneidade ao mapeamento cognitivo e ao domínio prático do espaço e de suas possibilidades, o sentido do tempo em que, mediante o plano logístico, se realizam as ações de assalto e/ou de proteção, de avanço ou de recuo, de abastecimento e de retaguarda. Desde essa relação basilar até as suas manifestações fenomenológicas

colaterais, a velocidade não pode ser concebida em disjunção com a categoria da violência, concreta ou simbólica (cf. Virilio, 1977, 1984a, 1984c; Trivinho, 2001a, pp. 209-227, 2001b, 2002, 2003a, 2004). Ao flexionar e assim problematizar a temática, Virilio subtrai a questão dromológica de seu longo e exclusivo cativeiro no reduto das ciências exatas e da terra e, simultaneamente, abrindo-lhe os horizontes, insere-a no terreno das ciências humanas e sociais. A operação, a par de suas injunções específicas, se norteia por clara intencionalidade: o conceito de dromocracia, na obra de Virilio, pertence a (e, ao mesmo tempo, encerra) um quadro teórico e epistemológico voltado para a consumação da crítica à organização sociotécnica dinâmica que, a cada época, define a vida humana. Não se trata, portanto, de prisma descritivo-constatário ou nomológico-classificatório. A mobilização do conceito, *per se*, se põe, de partida, em favor da dissonância e, melhor ainda, do interesse de confronto em relação às formas e tendências do existente. A categoria tensiona, a partir de dentro (vale dizer, de modo imanente), o seu próprio referente, ao evidenciar a ligação entre processo sociotécnico de fomento da velocidade e processo histórico permanente de destruição material e/ou simbólica da alteridade, de seu grupo ou classe social, de sua *urbis*, de seu ecossistema e de sua cultura, em suma, de sua alma. Nesse aspecto, o conceito de dromocracia torna patente o quanto, na história, a alteridade, seu território e seu corpo, sua temporalidade e sua subjetividade, foram e são menos objetos de projetos herdeiros do humanismo greco-clássico, cristão, renascentista e/ou marxista do que de uma cultura logística milenar e generalizada – que recorta, dilacera e neutraliza (de modo ocluso, isto é, sem dizê-lo) todos esses metarrelatos ou metanarrativas [na conhecida expressão de Lyotard (1986, 1993)] –, fazendo da oscilação estratégica entre investida e recuo um equivalente civil suavizado (reificado, para usar uma velha expressão marxista) do ciclo militar de ataque

e defesa e, a partir daí, *habitus* cotidiano inquestionado. Não por outro motivo, a alteridade assim tomada – não raro *a priori* – como objeto de desconfiança, em suma, como inimiga (até que justifique a consideração oposta), não poderia merecer senão tratamento norteado pelos pressupostos da tática.

Essa costura teórica heterodoxa do processo histórico demonstra que, em matéria de política da reflexão, a perspectiva sociodromológica não frustra a complexidade fenomênica observada e da qual é parte tensa, quer dizer, não desata o que, a rigor, comparece nela conjuminado. Nessa medida, opõe-se, radicalmente, não só à lógica do pensamento de tradição cartesiana e positivista: o foco primordial do confronto é o cinturão do olvido (voluntário ou involuntário) patrocinado por todas as correntes teóricas de sustentação das ciências humanas e sociais, fundado na e alimentado pela cisão (aparente) entre processos bélicos e processos civis, entre interesses essencialmente militares e interesses eminentemente políticos, fronteira – dada somente em tese, isto é, de modo abstrato e, no caso, irreal e equívoca – que radica na formação histórica da democracia moderna, fonte última das recentes formas do Estado (o de Direito burguês como o de Bem-Estar Social e, agora, o neoliberal). Nesse quadro, de geração e distribuição da polêmica, a obra de Virilio é, a um só tempo, memória do esquecimento (na modalidade de crime teórico em si, na medida em que nele se implica a morte da complexidade do real) e, sobretudo, posicionamento contra ele. Virilio politiza, assim, desde os pressupostos elementares da elaboração teórica, não somente a dromocracia, mas, primordialmente, o seu pilar processual, a velocidade.

Com efeito, a história social e cultural da dromocracia – tão instigante quanto obscura e intrigante – ainda está para ser devidamente constituída, sob lastro em detalhamento factual e na sistematicidade epistemológica demandados, tarefa cujo resultado se estima mais próspero quanto mais se realize em áreas diversificadas do conheci-

mento (não só científico) e/ou mediante metodologia interdisciplinar. Virilio (1977, 1980, 1984a, 1984b, 1984c, 1995, 1996a, 1996b, 2002), embora tenha feito várias sinalizações teóricas a respeito e levantado um sem-número de elementos empíricos relevantes – considerando a dromocracia em sentido estrito e lato –, explorou, fundamentalmente e com ampla recorrência, o trecho macro-histórico mais recente da matéria, relativo aos acontecimentos sociais, culturais e tecnológicos dos últimos dois séculos.

Por certo, a argumentação subsequente não pretende saldar inteiramente a lacuna. Deve, no entanto, ser recebida como contribuição nesse sentido, com epicentro na preocupação interdisciplinar de dissecação das relações entre velocidade tecnológica, *media* e cibercultura. A investigação articula – a bem dizer, ao modo de teses –, os elementos empírico-descritivos, analítico-reflexivos e críticos acerca do *processo social-histórico de dromocratização da vida humana*, no intuito de somar conceitos novos para a teoria social e, em especial, para a teoria da comunicação – amplamente implodida em seus fundamentos após a emergência do *cyberspace* (cf. Trivinho, 2001, pp. 117-131) – e de condicionar, em bases alternativas às propostas teóricas correntes, o desenvolvimento da crítica teórica da civilização mediática e, em particular, da cibercultura.³ Dado que a categoria da dromocracia, em razão da carga de sentido que encerra, mostra não restarem impunes quaisquer possibilidades de sua utilização como instrumento epistemológico de percepção de processos social-históricos, é necessário ter em conta, do princípio ao fim, a impregnação, na temática, da questão da violência e, no limite, da guerra – pelo que assim se justifica o arco da criticidade teórica requerida.⁴

1.1 Vetores técnicos e tecnológicos de dromocratização da vida humana

A apreensão do fluxo histórico da fenomenologia sociocultural empírica da velocidade

de técnica e tecnológica pode – a traços fincados em pontos estruturais *sine qua non* –,⁵ ser consolidada com base em duas coordenadas básicas: [1] a do *sucesso cinético sobre o território*, na forma do deslizamento [ou do “alisamento” espacial, para evocar Deleuze (1997, pp. 179-214)]; e [2] a da otimização progressiva de *princípios funcionais e procedimentos operacionais de produção de resultados* (sejam eles quais forem), vale dizer, de condensação dos mesmos no tempo ou, numa palavra, de compressão temporal. Em ambos os casos, trata-se, fundamentalmente, de dois princípios, o de desempenho e o de eficácia, conjugados na menor escala de tempo possível, vigente a cada época.

1.2 Superação da superfície geográfica

a) Veículos de deslocamento e transporte

A relação humana com a *dimensão dromológica da existência* está ligada à descoberta (recorrente e aglomerativa, sem ser necessariamente complanada e, sobretudo, linear e/ou progressiva)⁶ de vetores de movimentação geográfica de corpos, objetos e valores (materiais e simbólicos). As origens mais *remotas* e *significativas* dessa relação antropológica remontam – assim se pode convenicionar, no que interessa ao presente estudo – a um dado corporal específico: segundo Virilio (1984a, p. 35 et seq.), trata-se do dorso feminino. No nomadismo tribal dos povos primevos, é a mulher que, explorada na aurora da longa série de suportes cinéticos em devir, leva os pertences domésticos e demais apetrechos, liberando o homem para a caça e para a guerra; inédito “veículo metabólico” de transporte, convertida em “primeiro sustentáculo logístico” necessário à superação das situações inóspitas e de combate (ibidem), a mulher colabora, assim, para o eventual adentramento e ocupação do território inimigo e para a posse de seus víveres e pertences. A

partir de então e ao longo do processo histórico, sucedem-se, por sobreposição cumulativa e valorativa (isto é, sem dispersão e/ou eliminação do que resta preterido em importância), os *vetores de processamento fenomenológico da velocidade* ou, mais precisamente, de seu hipostasiamento em processo empírico verificável. À alta lentidão do desempenho motriz corporal, sobremaneira agrilhado ao solo, o futuro dromocrático acenaria, obviamente, com uma dissolução fatal e irreversível, mediante a chegada de vetores cada mais eficazes.

Com efeito, se o processo dromo-antropológico (e bélico) enceta em solo firme, a ordem mais provável dos contextos ambientais e do desenvolvimento dos vetores cinéticos, tal como se realizaram no transcurso histórico, é, a rigor, significativamente outra: o mar, pelo que, nas origens da constituição gregária da espécie, à luz das possibilidades técnicas vigentes, representava em matéria de fonte de sobrevivência e oferecia em termos de menor resistência ao deslocamento, precede o território,⁷ o ar figurando obviamente como contexto ambiental ulteriormente explorado.⁸

b) Veículos de comunicação em tempo real

Não obstante, esse processo de maximização de *vetores técnicos e tecnológicos de dromocratização progressiva da vida humana* encontra, na história recente, um sobressalto de monta, uma dobra fenomenal, até então inteiramente imprevisível. Após a dominância trans-histórica do mar, da terra e do ar (sobretudo conjugados), e para além deles, o final do século XIX registra – mantida a mesma perspectiva de abordagem – a inserção, na cultura, do espectro eletromagnético como oceano dromológico invisível de fluxos simbólicos e imaginários. O permanente intento de vitória cinética sobre o território geográfico alcança, assim, paradoxalmente, na intermitente linha do tempo histórico, o seu ponto-limite, a sua con-

dição insuperável, de não-retorno, com a proliferação comercial dos meios eletrônicos de comunicação, especificamente no que dizem respeito ao tempo real.⁹ A gestação dessa linhagem heterodoxa de vetores remonta, basicamente, ao telégrafo elétrico, e a sua respectiva cadeia pontilhada de desenvolvimento se assenta no telefone, no rádio e na televisão, ancorados no tempo *live*, enquanto a extremidade mais sofisticada de tais teletecnologias segue, até o presente momento, povoada pelo microcomputador (de base ou portátil) e pelas redes interativas (*intranets*, Internet, Web), próprias do tempo *online*.¹⁰

Em conjunção ao largo expediente histórico de deslocamento geográfico de bens materiais, desencadeia-se, pois, embaralhando os fatores implicados, a era do deslocamento mediático de bens imateriais. Os vetores de produção de movimento convencional cedem espaço aos de transmissão e circulação de produtos simbólicos (informações e imagens), representativos ou não de referentes concretos. Sobredeterminando o secular império dos veículos de transporte, sucede, nos termos de Virilio (1995, 2002, pp. 39-74), o “último veículo”, fadado à mais alta velocidade praticável e à sua luz – luz da velocidade da luz. A relação antropológica com a dimensão dromológica da existência atinge, assim, o seu ponto ômega, na forma intransponível do “muro” invisível da velocidade pura (*ibidem*).¹¹

As identitárias relações epistemológicas entre veículo de transporte e meio de comunicação – pródigas na obra de Virilio (1980, 1984a, 1984b, 1995, 1996a, 2002)¹² – se devem à partilha de um mesmo fundamento: ambos são *elementos estruturais de vetorização sociodromológica da existência*. Se o veículo de transporte é um meio específico de comunicação (entre dois pontos geográficos), o meio de comunicação propriamente dito é, de modo congruente, um veículo de transporte (de “coisas” espectrais, próprias do plano simbólico da cultura).¹³ Embora, a rigor, não pertençam, materialmente falando, à mesma linhagem de objetos técni-

cos e tecnológicos, estão implicados em idêntica inscrição ontológica na cultura, a da *constante dromológica do processo civilizatório*. Assim a perspectiva sociodromológica compreende a significação social-histórica e tecnocultural dos *media*, com a agravante diferencial – em comparação com os veículos convencionais de transporte – de que, no limite, o respectivo êxito sobre o território geográfico significa, mais propriamente, liquidação e superação do mesmo em favor da lógica pura do tempo.¹⁴

Nessas condições, partida e chegada não conformam mais relação de diferimento, a primeira sendo da mesma ordem da segunda: à partida sucede, célere, a chegada (Virilio, 1995a, 2002), como num composto homeostático em que, de certa forma, tudo, pela imediatidade, se indiferencia; o atingimento do destino não depende mais do movimento físico propriamente dito. À longa preponderância histórica do *nomadismo veicular sedentário* – que testemunha, com todas as tintas, a progressiva e irreversível transição da condição rural da vida humana para o seu modelo citadino – segue-se o *sedentarismo comunicacional nômade* como *habitus* sociocultural propriamente urbanitário (cf. Trivinho, 1999, Parte II, Cap. IV, tópico II, item 1, 2001, pp. 117-131).

c) Vetores de dromocratização e guerra

Vale enfatizar, neste ponto – em retomada de sinalização anteriormente feita – que todos os vetores de dromocratização da existência, inclusive os meios de comunicação, gravitam, em alguma medida, direta ou indiretamente, em torno de um traçado histórico recorrente: correspondem a reverberações de ou respostas instrumentais a processos bélicos. De fato, a história do domínio da velocidade está imanentemente atrelada à história das técnicas e tecnológicas de realização da guerra (cf. Virilio, 1996; Trivinho, 1999, Parte II, Cap. III, 2001a, pp. 209-227) e, por esta, de consolidação, pela

violência concreta e/ou simbólica, de conquistas territoriais e de vantagens logísticas e dromológicas em relação à alteridade inimiga, em nome de Deus, do Rei, do Estado, da Nação, da Razão, do Homem, da Utopia, do Proletariado e/ou da Paz, e assim por diante. “A velocidade” – assinalou Virilio (1977) – “é a esperança do Ocidente. É ela que sustenta a moral dos exércitos”. O aperfeiçoamento observado, ao longo dos séculos, na forma, no funcionamento e na utilização dos vetores do solo, do mar, do ar e das ondas eletromagnéticas se atrela, fundamentalmente, em última instância, ao princípio da eficácia nesses contextos, em atendimento a necessidades de estratégia e/ou de tática, não raro para otimizar o exercício da tirania (ostensiva ou velada) e/ou para melhor espriar o terror, tendo em mira, entre outros fatores legitimadores, a expansão de poderio imperial, a glória de dinastias monárquicas e clericais, as tradições de honra de reinados, a garantia de mercados nacionais e internacionais, o controle de abastecimento mundial e a preservação da supremacia tecnológica. Interesses mercantis e/ou civis correspondem, quase sempre, a álibis de dissuasão – não por acaso, matéria também de estratégia – da relação causal principal. Somente a partir da conjugação entre velocidade e guerra é que se pode, a rigor, considerar a constituição gradativa das cidades (Virilio, 1984c, p. 15). A função da atividade comercial tem, nesse aspecto, menos importância do que comumente lhe atribui a historiografia contemporânea.

1.3 Princípios e procedimentos operacionais: dromocratização da esfera da produção e do tempo livre

a) Metanarrativa iluminista e liberal ou as origens da racionalidade dromocrática moderna

A esses vetores técnicos e tecnológicos de

dromocratização progressiva da existência a história mais recente – para ficar apenas nesse estirão – acrescentou outros, processuais, na modalidade diferenciada de princípios funcionais e procedimentos operacionais, em grande medida possíveis em razão de condições social-históricas e tecnológicas determinadas por forças produtivas não raro assentes nos vetores mencionados. A natureza básica desses princípios e procedimentos se nutre, *mutatis mutandis*, das mesmas características da logística (na qualidade de previsão adequada de meios e fins) e da estratégia (na qualidade de planejamento eficaz da ação), pelo que não deixam de traduzir, para a esfera da produção, o que esculpe, essencialmente, o campo da guerra.

Nesse âmbito, a história da aceleração sociotecnológica contemporânea remonta, a rigor – no que interessa ao presente ensaio –, ao final do século XVIII, berço revolucionário da modernidade industrial cujo projeto de civilização, centrado no ideal do progresso tecnocientífico e capitaneado pelo iluminismo francês e pelo liberalismo inglês, levaria apenas cerca de duzentos anos para redesenhar inteiramente a Europa e o mundo, aprumando-se em configurações urbanas, hierarquias e relações sociais, organização simbólica e de valores, processos de vida cotidiana e assim por diante, todos absoluta ou relativamente distintos dos de outras fases do desenvolvimento do capitalismo.

O manancial de irradiação (por assim dizer, centrífuga) dessa aceleração para a vida em geral teve – como se sabe – tópica inaugural na esfera da produção. Em razão da natureza das práticas sociais aí envolvidas, consolidou-se, com maior envergadura, nessa esfera, a materialização do processo trans-histórico de racionalização técnica generalizada (*vis-à-vis*, de desmitificação ou desencantamento do mundo, operado pelo hipostasiamento do pensamento técnico em valor corrente) e de seu princípio correlato e específico, na forma da “racionalidade com respeito a fins”, ambos teorizados

por Weber (1971, 1994), e cuja correspondente empiria, no que tange à sua lógica, foi, mais tarde, recolocada, alternativa e diferencialmente, pelo prisma do conceito de “razão instrumental”, de Habermas (2001). A racionalização instrumental generalizada está na base social-histórica de possibilidade das condições humanas que Heidegger (1958, pp. 9-48, pp. 80-115), meio século depois de Weber,¹⁵ apreendeu mediante o conceito de técnica como representação material da metafísica ocidental, então plenamente realizada. A mudança (aí pressuposta) de metabolismo no plano dos valores e no da relação com a realidade fez com que a esfera da produção vigorasse como *locus* privilegiado do alvorecer da sobredeterminação (que depois se universalizaria) do princípio de realidade, formulado por Freud, pelo princípio de desempenho, proposto por Marcuse (1967) como forma de politização daquele conceito (de base ontológica e abstrata, isto é, a-histórica, atemporal) e de sua necessária contextualização na história (mais recente, industrial) do capitalismo.

Essas injunções social-históricas – racionalização e tecnicização estendidas, instrumentalização cognitiva e tônica no desempenho – foram, certa e amplamente, condicionadas e, ao mesmo tempo, em processo reverso, levadas às últimas consequências pela conjugação histórica, na passagem do século XIX para o XX, entre, por um lado, o sistema de organização funcional e parcelar do processo de trabalho industrial, voltado para a otimização e controle do desempenho individual e coletivo e dos respectivos resultados, (sistema) tal como fixado, em linhas gerais, por Taylor, e, por outro, o modelo de administração, gerenciamento e controle de processos de produção, conforme concebido por Ford.

Ambas as diretrizes de política industrial (ideológicas *lato sensu*) – taylorismo e fordismo – consolidaram, ao longo da primeira metade do século XX, a noção mais acabada e (até hoje) influente de produtividade: maximização racional e técnica de resultados em escala na menor fração de tem-

po e com o menor esforço possível. Mediante tal processo de racionalização tecnoburocrática e científica, os fundamentos das metanarrativas iluminista e liberal viram-se assim plenamente concretizados, no sentido literal do termo, instalando-se, de maneira imanente, nas estruturas materiais e operacionais de produção e, a partir delas, no compasso das décadas posteriores – em bases sociotécnicas mais complexizadas –, nas relações sociais em geral.¹⁶

b) Comunicação em tempo real ou a generalização cultural da dromocratização

Por certo, a realização *per se*, numa importante esfera social específica, do princípio dromocrático subsumido no ideal da produtividade industrial teve como resultado difuso e inespecífico a aceleração da vida humana. Com efeito, a expansão desse valor, em forma de pressão social concreta, para a esfera do tempo livre e de lazer não teria sido possível sem o concurso exponencial de outro vetor processual, a comunicação em tempo real,¹⁷ cujo advento e desenvolvimento, na primeira metade do século XX, alterou, significativamente, as bases sociais e culturais em que a vida humana – até então centrada absolutamente em contextos presenciais, *in loco* – estava assentada. O modelo de civilização então desencadeado, propriamente mediático (mais que meramente mediatizada) [cf. Guillaume (1989, pp. 153-175)] – com muitas das práticas sociais se processando, exclusivamente, nas redes comunicacionais –, e que melhor se definiu a partir da Segunda Guerra Mundial, encarregou-se de inscrever e consolidar, em definitivo, a lógica da velocidade – o *sprit du temps* dromocrático –, para além da esfera da produção e do trabalho, no universo do tempo livre e de lazer.¹⁸ O que o taylorismo e o fordismo representaram dentro do espaço fabril, a comunicação eletrônica em tempo real – sobretudo se depreendida a partir das duas

macroconfigurações social-históricas por ela conformadas, a sociedade de consumo (cf. Baudrillard, 2000), ancorada na massificação cultural, e a cibercultura (cf. Trivinho, 1999, 2001, pp. 39-79, pp. 209-227) – representa, a rigor, na vida em geral:¹⁹ do ponto de vista do processo civilizatório e, em especial, da transmissão cultural, a exploração do filão eletromagnético (para povoamento das redes, por mediação do valor de troca e do mercado) é um vetor processual que encerra um *princípio operacional de dromocratização generalizada da existência*.²⁰ Mais ainda, o processo modelar de produção e transmissão cultural levada a cabo pelo conjunto dos *media* de massa (sobretudo quando capitaneados pela TV, em meados do século passado), com contrapartida na instantaneização da recepção aos respectivos produtos, acabou por assimilar, de maneira fatal, a lógica da esfera da produção e do trabalho à lógica da esfera do tempo livre e de lazer, com o conseqüente e progressivo apagamento das diferenças estruturais (inclusive de velocidade das práticas sociais) verificada entre elas. No que essa mistura homogênea implica especialmente a celeridade de signos da estrutura conteudística dos produtos e da própria oferta mediática diária – ambas subordinadas ao imperativo da reciclagem indefinida –, o frenesi cultural da comunicação eletrônica significa, *mutatis mutandis*, inoculação do espírito da produtividade (industrial) no espaço cultural e perceptivo doméstico.²¹

c) Interatividade como protocolo conservador de dromocratização da existência

Na extremidade mais desenvolvida da civilização mediática, no trecho social-histórico mais sofisticado do processo de dromocratização da existência, constata-se, hoje, a plenificação extensiva da cibercultura. As características estruturais e dinâmicas dessa categoria de época já foram traçadas em momento pregresso à presente pesquisa

(Trivinho, 1999, 2001, pp. 209-227, 2003a, 2003b, 2004) e não precisam ser aqui circunstanciadas.²² Sublinhe-se, com efeito – no que interessa ao fluxo da argumentação –, que, se os *media* de massa consolidaram no social o *sprit du temps* dromocrático para além do muro fabril, o enraizamento mais agudo desse processo acabou por se realizar somente por meio da proliferação social de computadores pessoais e redes interativas, com lastro na informatização progressiva da esfera do trabalho e do espaço doméstico e na virtualização e ciberespacialização do mundo. Nesse contexto, se, do ponto de vista histórico-antropológico da cadeia de transmissão da cultura, comunicação eletrônica significa vetor processual de dromocratização da existência, na cibercultura, o procedimento prático-operacional socialmente padrão e protocolar correspondente, já instaurado como *habitus* (cf. Bordieu, 1982, 1983, 2001), chama-se interatividade. Sob a égide do comportamento interativo, como modelo predominante de relação com a máquina, com a rede e, por meio delas, com a alteridade [reduzida a espectros (cf. Guillaume, 1989)] e como modo de estar e de agir politicamente conservador, em atendimento às exigências de reprodução social-histórica da cibercultura, “cotidianiza-se”, de modo radical (e como que a “doce fórceps”), a relação com a velocidade tecnológica. A época a “tatiliza”, ou melhor, a “sensorializa” inteiramente, por assim dizer, na medida em que tal relação é, por mediação do mercado, trazida para o centro da vida prosaica, para dentro do domo (no caso dos computadores de base) e/ou acoplada ao corpo (no caso dos *laptops*, *notebooks* etc.), realizando-se por contato manual e subjetivo mais direto e contínuo do que na relação com os *media* de massa.

2 Dromocracia cibercultural: organização invisível da violência da técnica

2.1 Dromocracia como macroconfiguração social-histórica

Entre a reverberação sociofenomenológica da velocidade (relativa) fincada em vetores convencionais de deslocamento (conforme anteriormente abordados) e aquela (absoluta) doravante especificada, há, com efeito, uma inflexão de monta, cuja notação resulta essencial para a apreensão mais definida do estado da arte da matéria.

A consolidação transnacional da velocidade como comunicação em tempo real representa, em si mesma, para além de sua expressão setorial, fragmentária, atrelada ao território geográfico, a vigência do dispositivo sociodromológico como regime estrutural e universal, de caráter sistêmico definido, numa palavra, como dromocracia, em sua tipificação mediática. Nessas condições, o conceito de dromocracia expressa bem aquilo de que se trata: a velocidade técnica e tecnológica equivale a um macrovetor dinâmico exponencial de organização/desorganização e reescalonamento permanente de relações e valores sociais, políticos e culturais na atualidade.

Se o imperativo dromológico tutelou a vida humana desde o início, confundindo-se com a própria gestação da técnica como invenção antropológica, deve-se ressaltar que nem sempre ele se alçou à configuração social-histórica com legitimidade e validade geral, dotada de autonomia em relação à capacidade política de controle por parte do ente humano. Até que o império vetorial da velocidade se converta efetivamente em dromocracia estendida, um estirão temporal de longa duração terá, portanto, se processado. Em cumprimento à essência de seu conteúdo, a dromocracia só se evidencia em condições avançadas de desenvolvimento tecnológico e social. Sua consolidação como regime propriamente dito ou, melhor (à falta de sinonímia mais apropriada), como “sistema” global configura, pois, matéria recente.

Tal dado não implica, necessariamente, que a dromocracia não existia – mesmo inscrita em gérmen, em processos locais e atividades parcelares ou como fonte de

qualificação dos mesmos – em fases pregressas da história. Virilio (1996, pp. 67-77) ilustra, com detalhamento factual, que os princípios constitutivos da dromocracia, atrelados aos interesses de guerra, já estavam assentes, no âmbito da inteligência logística, estratégica e tática, na época da formação do Império Romano. A dromocracia assim comparece com estatura mais setorial e concentrada, embora com reconhecida expressividade e violência, por vinculação a grupos ou a estratos sociais de privilégio e/ou de ofício. Sua manifestação fenomenológica atinha-se, por isso, exclusivamente, à categoria de *processo*, não à de estrutura dinâmica a que porventura poderia pertencer.

Tomada desde os seus rudimentos vetoriais até a sua modalidade presente, a dromocracia – vê-se, em suma –, de recurso estratégico ligado a tribos nômades e a coordenadas espaço-temporais específicas, vai, no compasso do desenvolvimento técnico e tecnológico civilizatório, erigindo-se, de modo aleatório, e se conformando, em consonância auto-identitária – para além da hierarquia e/ou dominância de classes ou estratos sociais –, como *regime social invisível* justamente no miolo íngreme de outro, bem conhecido da cultura ocidental, a democracia, em sua expressão formal (política, jurídica e, portanto, abstrata, derivada do legado burguês oitocentista).

Nessa perspectiva, a historiografia contemporânea, se calcada em princípios heterodoxos de reconstituição teórica e factual da aventura humana, haverá certamente de reconhecer – quem sabe em futuro próximo – que a história real do capitalismo foi e é menos a da consolidação da democracia a duras penas, à base de confrontos pungentes e perduráveis, do que a realização não-programada, tortuosa mas progressiva, indiscriminada e sem resistência da dromocracia. Nesse contexto, sobreleva-se, por motivos óbvios e não sem requintes de racionalidade tecnocientífica, o braço industrial do capitalismo e, mais ainda, o seu estirão cumulativamente subsequente e hegemônico, pós-industrial ou tardio, de base

financeira e doravante hipermediática, articulada por satélites digitais e fincadas em redes virtuais, de alcance regional, nacional e/ou internacional.

Assim se põe, portanto, o estado da arte da velocidade tecnológica: na medida em que os seus vetores objetivos e processuais predominantes – tecnologias e procedimentos comunicacionais – são, *ipsis literis*, os mesmos que sustentam o *modus operandi* da cibercultura, ela, desde, ao menos, meados da década de 70 do século passado, arranja-se, no plano social-histórico, como *dromocracia cibercultural* (cf. Trivinho, 2001a, pp. 209-227, 2002, 2003a, 2003b, 2004). Se, por razões seja de política da teoria, seja de consistência metodológica historicamente contextualizada, não é possível abordar os *media* e redes digitais sem levar em conta a sua ligação com a velocidade tecnológica e com o que social e culturalmente lhe diz respeito, também não é possível abordar o fenômeno da dromocracia sem, ao mesmo tempo, considerar a cibercultura, a relação inversa, no caso, sendo igualmente verdadeira. Ao mesmo tempo em que a dromocracia assume a sua condição tecnológica plena como cibercultura, esta se insere plenamente na história dos vetores dromológicos objetivos e procedimentais, *vis-à-vis*, na história dos pressupostos empíricos e práticos *sine qua non* do próprio processo de constituição da dromocracia.

3 Modus operandi dromocrático-cibercultural: violência invisível da técnica sofisticada

Sob lastro na história de exclusão endêmica do capitalismo, uma nova lógica da desigualdade se estrutura obviamente à sombra da *condição dromocrático-cibercultural da existência*. A matéria também foi abordada em outros momentos da presente investigação (Trivinho, 1999, Parte I, Cap. V-VII, 2001a, pp. 209-227, 2001b, 2002, 2003a, 203b). Sua menção, neste trecho, deve-se menos a motivos de ênfase do que à opor-

tunidade de contextualizá-la em bases epistemológicas complementares. A velocidade tecnológica, quando urdida em estrutura dinâmica universal, cria, como que de forma endogenamente autônoma, a partir das pressões materiais, simbólicas e imaginárias da organização do trabalho e do lazer, as suas próprias demandas recorrentes. A nova lógica da desigualdade gira em torno do imperativo da *dromoaptidão propriamente cibercultural* (cf. Trivinho, 2001a, pp. 209-227, 2002, 2003a) como capital simbólico necessário para a manifestação individual, grupal, empresarial e institucional no social em rede. A capacidade de ser veloz abrange a competência econômica orientada para a *posse privada plena* (isto é, a partir do domo) das *senhas infotécnicas de acesso* à época (objeto infotecnológico e rede digital à frente), a competência cognitiva e pragmática no trato da *sociossemiose plena da interatividade* (isto é, o domínio das linguagens informáticas sempre em mutação); e a capacidade (econômica e cognitiva) de acompanhamento da *lógica da reciclagem estrutural* daquelas senhas (vale dizer, do movimento progressivo de otimização da *mais-potência* de *hardwares*, *softwares* e demais fatores informáticos, que compromete o que é anterior em nome do que vem depois, ideologicamente valorado como sendo melhor) (cf. Trivinho, 1999, Parte II, Cap. IV, 2001b, 2003a). Na medida em que a distribuição social das senhas infotécnicas, da *dromoaptidão* conforme e, portanto, dos acessos, realizada via mercado, é aleatoriamente desigual – e se, por um par de anos, fosse equitativa, não resistiria à lógica da reciclagem estrutural –, arranjam-se, como princípio seja de causação, seja de reverberação encadeada, as condições propícias de produção de uma *estratificação sociodromocrática flexível* em cujo topo figura a nova casta dos privilegiados, a *elite cibercultural dromoapta*, que opera quase inteiramente no filão virtual do tempo real e já nem toca mais o solo próprio das zonas urbanas, então convertido em lugar (morto) de passagem (Virilio, 1984b), visto a partir

do automóvel, do helicóptero ou do jato particular; e em cuja parte inferior se confina uma extensa e espessa área povoada por um “proletariado” historicamente reescalonado, assim converso em “camada social dromoinapta” pelo *modus operandi* sistêmico da cibercultura, ordem renovada de seres descartáveis a cujos cérebros o presente lança a sobrecarga de defasagem patrocinada pela *miséria informática socialmente produzida* e a cujos corpos ele distribui, inapelavelmente, o universo atômico do território geográfico, tão antigo e supostamente ultrapassado quanto aquela (parte da) humanidade que se serve dos pés como vetor de deslocamento.²³ A lógica dromocrático-cibercultural da nova segregação se refrata a partir de e se alimenta desta hierarquização que re-valoriza a vida humana em prol da continuidade indefinida de sua desqualificação ampliada, doravante sob os auspícios róseos das tecnologias e redes digitais.²⁴ Esse *modus operandi* fomenta uma sorte de *hiper-reducionismo antropológico e tecno-operacional a vida social* a uma condição neomaniqueísta de extremidades estáveis – só mudam os respectivos ocupantes ou agentes – em cuja larga zona intermediária, lembre-se, coexistem, à sombra de uma insegurança sistemática, camadas sociais verticalmente escalonadas de acordo com a *potência da dromoaptidão cibercultural* conquistada e periodicamente reconfirmada. A esse *neodarwinismo hiperdinâmico da cibercultura* corresponde, em âmbito global, o behaviorismo calcado na (apropriação social da) interatividade que, por definição e condição de contexto (sobretudo em razão da lógica da reciclagem estrutural), não pode ser estendido a todos. O horizonte da dromocracia tecnológica avançada é fortemente identitário a uma espécie de *eugenia simbólica* tão dinâmica quanto surda, de amplos efeitos concretos e imprevisíveis.

Esses breves apontamentos bastam, com efeito – por razões que se reputam óbvias –, para recontextualizar a forma contemporânea e predominante da violência da técnica, em correspondência à fase histó-

rica idiossincrática de organização planetária do capital como cibercultura internacional. Trata-se de uma violência sutil, estruturalmente materializada e processualmente objetivada na dinâmica tecnológica, autônoma e impessoal do social. Conforme assentado em outro lugar (Trivinho, 2001a, pp. 219-220), a segunda metade do século XX, em especial, as últimas três décadas, tornou-se – só em aparência paradoxalmente – não o *locus* histórico da democracia, mas o de uma dromocracia implacável, tomada como algo tanto mais inócuo quanto mais se a considere parte inelidível da ordem natural das coisas.²⁵ Em tintas enfáticas, se velocidade é, necessariamente, violência (cf. Virilio, 1977, 1984a, 1984c; Trivinho, 2001a, pp. 209-227, 2001b, 2002, 2003a, 2004), a dromocracia cibercultural, como não poderia deixar de ser, é, em essência, terror (Trivinho, 2002, 2003a) – aqui já não tanto pelos nexos imanentes entre velocidade e processo bélico ou em razão de a velocidade implicar-se na espiral da morte simbólica (da geografia, do corpo, da alteridade concreta etc.). A condição dromocrática da cibercultura exige que a violência *high tech* seja introjetada e atuada: a dromoaptidão em relação às senhas infotécnicas de acesso (ao mercado de trabalho, ao *cyberspace*, ao lazer digital, à alteridade virtual etc.) deve se converter em *habitus* (cf. Bourdieu, 1982, 1983, 2001), modo de ser, de estar e de agir diuturnamente reconfirmado até a simbiose imaginária e o acoplamento corporal com o vetor implicado consolidarem o automatismo subjetivo e prático requerido. O ideal cínico da cibercultura é o *homo dromologicus* com a consciência feliz e despreocupada do *homo ludens*. Dessa maneira, a violência da técnica avançada adquire, de tão invisível, o ar que lhe talha a sofisticação e a imunidade que também a redime de todo questionamento público •

Notas

1 O presente ensaio – tributário da obra de Paul Virilio e

que dela se distancia em vários aspectos, como forma de realização do princípio dialético da tensão (aqui não conceitualizado de maneira explícita) com a própria fonte inspiradora – corresponde a uma síntese reescalada do capítulo de abertura de *Crítica da cibercultura: dromocracia, glocal e transpolítica* [título referencial e provisório], com lançamento previsto para 2006. A obra resulta de Projeto de Pesquisa desenvolvido no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS-PUC/SP). Os procedimentos científicos e técnicos de consolidação da pesquisa condicionaram a criação do CENCIB – Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura. Os resultados desse percurso reflexivo foram circunstanciados em artigos publicados nos últimos anos (veja-se, em especial, Trivinho, 2002, 2003a, 2003b, 2004). O presente estudo cumpre, conforme o indica o subtítulo, o objetivo de melhor contextualização desses textos e, em particular, de clarificação de pontos eventualmente lacunares do pensamento histórico neles consolidado sobre a (crítica da) cibercultura. O caráter de síntese reescalada da argumentação – aqui desprovida, por razões de espaço, da seção destinada ao tema da transpolítica – se deve a motivos menores, mas não menos determinantes: perfaz a versão possível, por agora, para viabilizar o debate público. Uma versão intermediária do texto foi apresentada no XIV Encontro da COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT “Tecnologias Informacionais de Comunicação e Sociedade”), realizado na UFF, em Niterói/RJ, no período de 22 a 25/06/2005. A argumentação completa está prevista para a obra mencionada.

- 2 Cunha, assim, a *dromologia* – mais precisamente, poder-se-ia dizê-lo (não sem risco de pleonasma, aqui justificado), a *sociodromologia* – como método de abordagem.
- 3 Se as teses defendidas puderem ao menos ser vistas como outra maneira de re-significar a história e como demonstração válida e viável nessa direção, já terá cumprido o seu principal papel.
- 4 Essa evocação assume validade tanto mais enfática em razão da suspensão, no fluxo da argumentação, do tratamento mais exaustivo dos nexos com o processo bélico. A matéria já foi objeto específico de abordagem em fases progressas da presente pesquisa (TRIVINHO, 2001a, p. 209-227, 2002, 2004). A necessidade cognitiva do momento repousa na

- cobertura teórica e epistemológica de material social-histórico ainda não considerado.
- 5 Não sem risco de alguma lacuna essencial, que a exigüidade de espaço (previsto para a presente argumentação) certamente redime.
 - 6 Resta, portanto, descartada, como equívoco metodológico primário, a legitimação da perspectiva positivista-evolucionista no campo de reflexão sobre as relações entre velocidade, organização social e história.
 - 7 Não por acaso, Virilio (1996, p. 55) registrou que a velocidade provém do mar.
 - 8 A história inaugural da navegação – segundo o consenso arqueológico e historiográfico presente – se desenvolve entre aproximadamente o sexto e o terceiro milênios antes da era cristã. A posteridade desse procedimento dromológico se precipitaria, como nos âmbitos terrestre e, mais tarde, aéreo, em sua respectiva e conhecida cadeia diversificada de vetores: desde a canoa escavada, que marca o alvorecer dessa epopéia, na Europa e na Ásia, à jangada, utilizada no quarto milênio a.C., na China; do barco módio, a remo, presente no terceiro milênio a.C., no Mediterrâneo, entre os egípcios (e que chegaria ao Oceano Pacífico somente no século das Luzes), à caravela; do barco a vapor do início do século XIX ao moderno navio mercante e deste ao submarino, o destino reservaria à exploração do infinito marítimo, como espaço de fluxo militar, comercial e civil e de competição entre impérios, classes sociais e países, uma escalada exitosa e híbrida de desempenho técnico, glórias nacionais e barbárie. Por seu turno, o domínio da velocidade terrestre, que, na esteira da montaria rudimentar a cavalo (a qual, antes do oitavo século a.C. se realizava em pêlo), se reescala enormemente com a descoberta e desenvolvimento da roda entre os sumérios, na Mesopotâmia, encontra o seu apogeu histórico preliminar na segunda metade do quarto milênio a.C. A domesticação dromocrática do corpo animal, cujo início provavelmente mais consistente coincide com o aparecimento do arreio, aperfeiçoado no transcurso do terceiro milênio a.C., no Oriente Médio, culmina na descoberta da sela (que já existia no começo do segundo milênio a.C., mas se consolida somente entre os séculos VIII e II a.C., na China, e, no Império Romano, no século I da era cristã) e do estribo (no século III d.C., embora só se consolide no século VI d.C., na China, no século seguinte, no Japão, e, depois, na Ásia central, no seio do nomadismo tribal turco). A otimização técnica da montaria, tecida nas estrias de quase três milênios, condicionará, mais tarde, no incessante gume político-militar, mercantil e cidadão que esgarça e costura o processo civilizatório, o advento da cavalaria militar medieval. Ambas as técnicas dromológicas – a montaria selada e a roda (de madeira ou ferro) –, conjuminadas, radicam na origem mais remota da carruagem de tração animal e da charrete urbana. O assenhramento e “alisamento” dromológicos da superfície terrestre dispõem, a partir disso, de um altamente ondulado, mas claro, fio condutor (em matéria de vetores técnicos e tecnológicos), comumente bem conhecido, que se assenta na dobra entre a carruagem a vapor do século das Luzes e o automóvel do final do século XIX, entre a locomotiva e o bonde urbano de meados desse mesmo século, entre o caminhão e o ônibus e entre este e o metrô, e, paralelamente, com não menor importância, entre a bicicleta e a motocicleta. Por fim, a exploração do universo aéreo como ambiente dromológico efetivo, embora lastreada na prosaica percepção milenar do vôo dos pássaros (tão íntima aos interesses da ciência mecânica) – para subtrair o *sonho de vôo*, de Bachelard (2001, pp. 19-64) do registro onírico e literário e inseri-lo no contexto concreto da gravidade propriamente dita –, desencadeia-se apenas no final do século XVIII, com a circulação do primeiro balão tripulado (de ar quente). A partir daí, os “obsessivos devaneios do ar”, os perseverantes delírios do imaginário aéreo não cessarão de encadear proezas: a plúmbea leveza do avião e do helicóptero, proveniente do início do século XIX, passou a ser partilhada, mais recentemente, por naves espaciais, estações interplanetárias e satélites de comunicação.
 - 9 Ficam, portanto, preteridos, nesse contexto, todos os meios impressos, o cinema, o vídeo e as demais formas tecnológicas de produção e massificação da cultura por recursos diversos ao da transmissão em tempo instantâneo.
 - 10 Uma sucinta historicização reflexiva sobre tais vetores foi, de certa forma, cumprida em outro lugar (cf. Trivinho, 2001b), num contexto de discussão diferenciado – não propriamente dromológico em sentido estrito, mas a ele amplamente ligado –, em cujo centro se implicavam o fenômeno *glocal* (para além do global e do local como categorias distintas, mesmo em teoria) e o processo social dele derivado, a glocalização da existência e da experiência.

- Em relação à “natureza” dos dois tempos implicados – *live* e *online* –, lembre-se que ambos pressupõem simulação tecnológica do tempo que passa, próprio do contexto presencial da vida ordinária.
- 11 O notável processo milenar, há pouco considerado, de consolidação da menor resistência possível – resistência zero – ao deslocamento de criações humanas vê-se, assim – por caminhos nada retilíneos na história das invenções técnicas e/ou científicas –, plenamente consumado. Por conseguinte, realiza-se, nele e por ele, o processo de “*alisamento*” tecnológico total – *vis-à-vis*, de subtração de toda eventual estria – do território geográfico, acontecimento que, de certa forma, se confunde com o processo de progressiva diminuição anuladora do planeta.
 - 12 Provavelmente, somente nela poderiam sê-lo, em virtude do interesse de Virilio pela relação entre vetor dromológico e destino das cidades. (Ao tratar de objetos e temas comumente considerados da área de Comunicação, Virilio o faz *sempre* a partir do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo).
 - 13 Em todas as tipificações mencionadas na nota 9, tratando-se de vetores, são, aliás, na perspectiva sociodromológica, sempre fatores de condutibilidade, meios de transporte, que estão em jogo.
 - 14 Na notação alegórica de Virilio, “a velocidade é a velhice do mundo”. Pelo que essa injunção implica a questão da morte simbólica do planeta, então banido da experiência concreta e do campo de visão cotidianos – desterritorialização é, em suma, desterro, se assim se pode jogar com as palavras –, pressupõe, igualmente, a questão da violência da técnica. Não há tergiversação ou descarte sumário – seja ele qual for (no caso, mediático) – que não a incorpore (Trivinho, 2004).
 - 15 O original do livro (mencionado) de Weber (1971) é de 1905.
 - 16 O sistema de administração conhecido sob a cláusula do pós-fordismo, baseado num conjunto distinto de princípios operacionais de acumulação flexível, preserva, inteiramente, de sua fonte histórica (de que só aparentemente é um contradito), o imperativo dromológico. Sobre a flexibilização da acumulação capitalista, indiquem-se Harvey (1992) e Kumar (1997).
 - 17 Para requalificar, por outro ângulo, o assinalado anteriormente, com base no conceito de vetor. Frise-se, por evocação à nota 10, tratar-se, no caso, exclusivamente, de tecnologias capazes de redes (cf. Trivinho, 1998). No que isso se relaciona com a categoria do glocal, veja-se Trivinho (1999, Parte II, 2001b, 2004).
 - 18 Nesse aspecto, os veículos de comunicação levaram incomparavelmente mais longe a roda-viva sociocultural e econômico-financeira que os veículos convencionais de transporte já haviam posto em avanço na vida cotidiana.
 - 19 Não por outros motivos, essa similaridade de funções social-históricas reside na essência da apreensão do fenômeno comunicacional por parte de Adorno e Horkheimer (1970, pp. 146-200), ao elaborarem, em 1947, o conceito de indústria cultural como metáfora teórica para politizar o debate a respeito, em confronto com a sociologia conservadora norte-americana de meados do século XX, ancorada no conceito de cultura de massa.
 - 20 Isto deve ser (ou deveria ter sido) previsto como característica fundamental da *comunicação como utopia*, tal como forjada no momento de nascer da cibernética, com Wiener (1996), na década de 40 do século passado (cf. Breton, 1992; Breton; Proulx, 1991): aceleração simbólica e imaginária – glacial segundo Baudrillard – da existência mediante alta reciclagem informacional operada pelas estruturas teletecnológicas em tempo real. Sobre as relações entre comunicação e utopia, veja-se também Mattelart (1994, 2002).
 - 21 Fato com significação social-histórica talvez mais profunda (e, com efeito, pouco notada) do que o (e talvez em razão mesma do) processo gradativo de norte-americanização da cultura mundializada, preservado, basicamente, nos produtos do seguimento jornalístico, cinematográfico e fonográfico e, depois, nos modelos predominantes de *hardwares* e *softwares*.
 - 22 De toda forma, a temática é retomada no tópico seguinte.
 - 23 Sobre os ombros de quem é (ou se dá o direito de ser) tecnologicamente “lento” a época faz recair o peso do *preconceito dromológico* em curso. Somente quem se mostra conforme a doxa (o que significa dizer: somente quem o consegue) escapa a essa forma de violência simbólica. A crítica a essa nova circunstância da moral prática deveria iniciar o seu mister pela revisão das relações entre tolerância

social como princípio ético desejável e velocidade como valor de referência para o juízo subjetivo sobre a alteridade.

24 O fato de as potencialidades dessas tecnologias e redes não cessarem de ser celebradas, aos quatro cantos, de modo fetichista, pelo *ciberufanismo neo-iluminista, neo-humanista e pragmático-utilitário* que adorna tanto as Universidades e o Estado, quanto o chamado terceiro setor (ONGs) e o discurso empresarial em geral deve-se menos a uma visão ou concepção cega sobre problemas e tendências da civilização mediática avançada do que a uma posição (política) consciente ou inconscientemente conservadora: com ele (o discurso pregador do momento), como com a interatividade diariamente praticada (seja por prazer, seja por necessidade), faz-se o jogo (da reprodução) da ordem e da regra.

25 A modalidade contemporânea de totalitarismo global – que, não obstante, se nega diuturnamente como tal –, Império, na categorização de Negri e Hardt (2001), na medida em que só podia se realizar com base em tecnologias e redes audiovisuais em tempo real, ou é uma construção social-histórica, econômico-financeira e político-militar própria da velocidade (no sentido de ser condicionada e conformada por ela, em versão mediática), ou não o é. Império, tal como então caracterizado, foco contextual privilegiado da crítica socialmente orientada, é uma realidade dromocrático-mediática, de forte base bélica. A coincidência histórica de sua estruturação internacional com a vigência da cibercultura não deve ser tomada como casual, muito menos ser objeto de condescendência.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialéctica del iluminismo*. Buenos Aires: SUR, 1970.

BACHELARD, Gaston. *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BATAILLE, Georges. *A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Ed. 70, 2000. (Col. Arte e Comunicação).

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Teoria da cultura de massa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1978. p. 209-244.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. (Col. Estudos).

_____. Esboço de uma teoria da prática; Gostos de classe e estilos de vida; O campo científico; A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 60-61, 82-121, 122-155, 156-183.

_____. *O poder simbólico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRETON, Philippe. *A utopia da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d. [original francês: 1992] (Col. Epistemologia e Sociedade, 11).

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. *L'explosion de la communication: la naissance d'une nouvelle idéologie*. Paris; Montreal: La Découverte; Boréal, 1991. (Col. Sciences et Société).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, v. 5, 1997.)

GUILLAUME, Marc. *La contagion des passions: essai sur l'exotisme intérieur*. Paris: Plon, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Ed. 70, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDEGGER, Martin. *Essais et conférences*. Paris: Gallimard, 1958.

KROKER, Arthur; WEINSTEIN, Michael. *Data trash: the theory of the virtual class*. New York: St. Martin's Press, 1994.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

- ____. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- ____. *El marxismo soviético*. 5. ed. Madrid: Alianza, 1984.
- MATTELART, Armand. *A invenção da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d. [original francês: 1994]. (Col. Epistemologia e Sociedade, 42).
- ____. *História da utopia planetária: da cidade profética à sociedade global*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- TRIVINHO, Eugênio. *Cyberspace: crítica da nova comunicação*. São Paulo: Biblioteca da ECA/USP, 1999. 466 p.
- ____. *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001a.
- ____. Glocal: para a renovação da crítica da civilização midiática. In: FRAGOSO, Suely; FRAGA DA SILVA, Dinorá (Org.). *Comunicação na cibercultura*. São Leopoldo: Unisinos, 2001b. p. 61-104.
- ____. Cibercultura, iconocracia e hipertexto: autolegitimação social na era da transpolítica e dos signos vazios. *Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura*-Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC/SP, São Paulo, EDUC, n. 1, p. 111-125, abr. 2001c.
- ____. Velocidade e violência: dromocracia como regime transpolítico da cibercultura. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *A incompreensão das diferenças*: 11 de setembro em Nova York. Brasília: IESB, 2002. p. 257-272. (Série Comunicação).
- ____. Cibercultura, sociossemiose e morte: sobrevivência em tempos de terror dromocrático. In *Fronteiras: estudos midiáticos*-Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos/RS, São Leopoldo, vol. V, n. 2, p. 97-124, dez. 2003a.
- ____. Estética e cibercultura: arte no contexto da segregação dromocrática avançada. São Paulo: 2003b. 11 p. Cópia reprográfica. (Texto a ser publicado, em 2004, na revista *DeSignis*, editada pela Federación Latinoamericana de Semiótica).
- ____. Alteridade, corpo e morte no *cyberspace*: cicatrizes de um hipercrime na epifania do virtual. São Paulo: 2003c. 21 p. Cópia reprográfica. (Texto a se publicado na revista *Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC/RS, n. 23, abr. 2004).
- ____. Comunicação, glocal e cibercultura: “bunkerização” da existência no imaginário mediático contemporâneo. *Fronteiras: estudos midiáticos*-Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos/RS, São Leopoldo, vol. VII, n. 1, p. 61-76, abr. 2005.
- VIRILIO, Paul. *Bunker archeologie*. Éditions du CCI, 1975.
- ____. *L'insécurité du territoire*. Stock, 1976.
- ____. *Vitesse et politique*. Paris: Galilée, 1977.
- ____. *Esthétique de la disparition*. Paris: Balland; Galilée, 1980.
- ____. *L'horizon négatif: essai de dromoscopie*. Paris: Galilée, 1984a.
- ____. *L'espace critique*. Paris: Christian Bourgois, 1984b.
- ____. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984c.
- ____. *Logistique de la perception: guerre et cinéma I*. Etoile; Cahiers du Cinéma, 1984.
- ____. *La máquina de visión*. Espanha: Cátedra, 1989.
- ____. *L'écran du désert: chroniques de guerre*. Paris: Galilée, 1991.
- ____. *La vitesse de libération*. Paris: Galilée, 1995.
- ____. *A arte do motor*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.
- ____. *Cybermonde: la politique du pire*. Paris: Textuel, 1996b.
- ____. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- ____. *L'inertie polaire: essai*. Paris: Christian Bourgois, 2002.
- ____. *Ville panique: ailleurs commence ici*. Paris: Galilée, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1971.

_____. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, v. 1, 1994.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 15a. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.